

Natureza, sociedade e territórios: projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais na América do Sul¹.

Me. Juliana Rosa de Almeida (UFBA/Bahia)

Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller (UFBA/Bahia)

Palavras-chave: Desenvolvimento, conflitos socioambientais, territórios.

O presente trabalho se traduz numa breve análise sobre as relações humanas e seu entorno e de como se transformam conforme os projetos de desenvolvimento se processam, seja através de discursos e/ou práticas que visam à apropriação de recursos ambientais e humanos, a fim de valorizar o capital, convertendo a natureza em novos objetos de mercado, ou como uma tendência criadora de territórios de desenvolvimento que buscam homogeneidade (Aliste, 2015), mesmo em versão que aciona o “desenvolvimento sustentável”. Em meio a esse contexto de atuação de atores desenvolvimentistas em detrimento daqueles que vivenciam espaços socioculturais dinâmicos, há tentativas de grupos sociais de buscar entender tais processos e resistir às mudanças que o próprio desenvolvimento provoca criando ações contra hegemônicas.

Complexas relações entre homem e natureza transcorrem conforme distintas visões de mundo são influenciadas por modos de vida que se entrelaçam em variados locais do planeta. Nesses contextos podemos destacar a dinamicidade dos territórios, em que tanto ambiente quanto pessoas são parte do mesmo espaço; o território pode apresentar tanto uma natureza concreta/funcional num sentido de subordinação às ações hegemônicas relacionadas ao desenvolvimento, como uma dimensão cultural/simbólica, com práticas e saberes culturais expressos a partir do espaço vivido. Ambos são passíveis de ser modificados por diferentes agentes de intervenção, em diferentes contextos, temporais e espaciais. (Haesbaert, 2004, p.95-96).

Acompanhando práticas hegemônicas relacionadas a processos desenvolvimentistas percebemos que diferentes formas de conhecer essas complexidades emergem no cenário mundial e permitem análises que passam a ganhar

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

contornos multi-localizados, demandando cada vez mais um universo interdisciplinar. A perspectiva multi-localizada de investigação evidencia nuances de entendimento acerca de relações sociais e da construção de territórios, sobretudo, enquanto configurações de poder assimétricas em que muitos interesses se entrelaçam, sejam eles econômicos, políticos, socioculturais, ambientais. Para tanto, realizar pesquisas que possuam escopos com características mais abrangentes (local/transnacional), complementares e problematizar conceitos “consolidados” é relevante para a sofisticação de nossas investigações e diálogos.

A interdisciplinaridade, neste cenário de investigação multi-localizado, apresenta-se como uma estratégia de investigação que potencializa compreender acontecimentos, dinâmicas e práticas que relacionam conhecimentos e reciprocidades locais e globais e que, especialmente, evidenciam questões socioambientais atreladas a busca da acumulação econômica e, sobretudo, ao exercício assimétrico de poder na implantação de grandes projetos de desenvolvimento. Tais questões envolvem camadas de redes interconectadas em que diferentes (ou os mesmos) sujeitos atuam e, ao mesmo tempo sofrem, efeitos decorrentes de planos desenvolvimentistas.

Historicamente, o desenvolvimento aparece como uma alternativa viável, e bastante atraente, ao problema da pobreza que teve lugar nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Essa ideia foi intensificada, sobretudo, com relação aos países da América Latina classificados como subdesenvolvidos, vistos como detentores de uma economia “atrasada” econômica e tecnologicamente, necessitados de “auxílio” estratégico para modernizá-los e, assim, minimizar problemas conjunturais dos subdesenvolvidos. Esta lógica foi responsável pela transferência de tecnologia aos locais considerados como “atrasados”, principalmente países da América Latina e África, com práticas capazes de gerar grandes lucros para uma diminuta elite nacional enquanto o lucro continuava seguindo o caminho já construído rumo à metrópole eurocêntrica.

Segundo ESCOBAR (2007) a proposta desenvolvimentista em sua origem, apresentava premissas fundamentais que se perpetuaram no tempo e espaço, estabelecendo um conjunto de relações entre elementos, instituições, discursos e práticas: a crença no papel da modernização que advinha de agentes externos, sem importar o custo social, cultural e político, a valorização da industrialização e da urbanização consumista. Esta lógica apregoava o progresso social, cultural e político mediante o desenvolvimento material, considerando a inversão de capital o elemento

mais importante do crescimento econômico, bem como o auxílio de governos e organizações internacionais para organizar e promover esforços para superar o atraso e o subdesenvolvimento econômico de determinados países.

Estos procesos sócio e geopolíticos en plena fase de expansión, comenzaran a portar un discurso de carácter hegemônico que era un fruto concreto de las ideas propias de la sociedad moderna: el progreso de la sociedad humana (*apud* Escobar, 1996). Esta noción de progreso, en esencia, implicaba una serie de aspectos que em escenarios postguerra comienzan a articular ejes que aunque contradictorios en sus estrategias, eran concordantes en el fondo y se referían a la necesidad de que la sociedad adoptara una forma de progreso basada em um modelo de producción masiva de bienes y servicios fuertemente anclados em el desarrollo industrial. (ALISTE, 2012, p. 3)

Passam-se os anos e o caráter dinâmico do desenvolvimento amolda-se a novos contornos, introduzindo novas estratégias de fixação em termos locais e modos de operação; no entanto, ele mantém seus fundamentos por permitir uma adaptação do seu discurso a novas condições e realidades distintas. O resultado dessas transformações tem se produzido diante de uma sucessão de ações, sempre dentro da lógica do desenvolvimento e na busca do reforço e consolidação de redes de poder em diferentes níveis (locais, nacionais e transnacionais). É nesta trama que vincula pessoas e coletividades a ciclos específicos de produção econômica que surgem novas questões quanto, principalmente, às consequências do próprio modelo, permeando vários aspectos, incluindo os ambientais e os sociais.

Seguindo os ditames atuais do desenvolvimento, instalações e operações relacionadas a megaprojetos têm sido realizadas através da união de empresas. Os interesses e as ações que motivam a configuração de grandes conglomerados internacionais nem sempre é transparente. São estes conglomerados, na maior parte das vezes, que se instalam (por meio de seus projetos) e modificam substancialmente territórios onde ainda existe uma gama de espécies da biodiversidade e grupos sociais específicos. Ao se instalarem, utilizam-se de recursos, humanos e naturais, locais para atingir finalidades empresariais voltadas para o lucro, seja pela implantação de empreendimentos petrolíferos, energéticos, residenciais, de reparação de grandes desastres, turísticos, dentre outros.

Bronz (2011) aponta o caráter transformativo ou interventivo de tais empreendimentos sobre os territórios apropriados por conglomerados, ou seja, um megaprojeto desenvolvimentista implica em alterações de cunho físico e social,

podendo inclusive alcançar a geopolítica regional após sua implantação. A instalação de grandes projetos captura a diversidade local – convertida de alguma forma em lucro pelo maior espaço de tempo possível – e constrói territórios homogêneos domesticados para a produção e reprodução do capital. Uma análise comparativa da planta de grandes indústrias ilustraria as nuances locais desta domesticação, por exemplo.

Acrescentamos que tais transformações alteram, também, aspectos econômicos, políticos, culturais e identitários, inclusive o território enquanto representação coletiva. O território se torna espaço de embate de poderes onde a implementação de grandes empreendimentos acaba por transformar interpretações e a própria imaginação acerca da apropriação e das relações com este mesmo território (ALISTE, 2015). Os grandes empreendimentos em sua implementação e operação também aceleraram um processo de degradação socioambiental, afetando tanto à qualidade de vida dos grupos sociais como proporcionando a destruição das condições ecológicas originalmente encontradas; estas, ao mesmo tempo, contraditoriamente necessárias ao próprio processo econômico (LEFF, 2004, p. 223).

Las consecuencias del desarrollo, por una parte, fueron sus aportes e incrementos demográficos, crecimiento del PIB, diversificación de actividades, etc., como así también notables condiciones de deterioro ambiental particularmente en las décadas del '80 y '90. Pero por otra parte, también surgen nuevos conocimientos que crean condiciones de revaloración del entorno, estableciendo un nuevo contexto territorial que suma elementos de complejidad en la dinámica del territorio, en tanto las representaciones construídas constituyen mutaciones ya no sólo en su dimensión físico natural, sino también en su plano conceptual (ALISTE; NUÑEZ, 2012, p.4).

As preocupações com o ambiente natural local onde os grandes projetos acabavam por se implantar não eram questões prioritárias. Afinal no âmbito da implantação e operação destes grandes empreendimentos a “ciência e a tecnologia” estavam voltadas para o crescimento econômico e eram meios necessários para o progresso e bem-estar das sociedades. Baseadas principalmente na ideia de natureza como fonte inesgotável de recursos e espaço que precisava ser transformado e domesticado, com o passar dos anos, o efeito da operação de grandes empreendimentos passa a ser questionado.

Isto posto, o argumento ambiental emergiu, durante certo tempo, no cenário mundial como uma investida contra as consequências prejudiciais do desenvolvimento e, após ter sua “retórica” capturada, passou a ser acoplada ao discurso da modernização que vem sendo adotado por corporações empresariais e mesmo pelos Estados. Batizada

de “desenvolvimento sustentável” este jogo de retórica encontra-se presente nos discursos e práticas empresariais. O argumento do “cuidado ambiental nas práticas empresariais” também é reflexo de questionamentos mais abrangentes originados a partir dos impactos que modelos de produção adotados ao longo do tempo trouxeram ao ambiente.

Não obstante, a ideia de apropriação da natureza por parte de megaprojetos ainda permanece, mesmo que através de distintas interações. Voltamos aqui a destacar a retórica do “desenvolvimento sustentável” como argumento que sustenta os fundamentos do próprio desenvolvimento, juntamente com a preocupação de se ajustar às novas limitações que a natureza lhe impõe. Isto quer dizer que apesar de começar a ocupar um novo domínio discursivo os empreendedores distam de oferecer um olhar que se apresente como alternativo aos enfoques baseados no crescimento econômico.

Como consequência, a elaboração de políticas ambientais em cenários nacionais e transnacionais ganha maior espaço como estratégia para o novo modelo de desenvolvimento, unindo interesse econômico à preservação ambiental. A elaboração de novas medidas e as formas como estas são postas em prática são consequência do recrudescimento das preocupações sociais e ambientais por parte de ambientalistas, principalmente, bem como tentativas de aplicação de ideias amplamente difundidas nos encontros mundiais sobre meio ambiente (BRONZ, 2011, p. 21). Severas críticas são tecidas com relação ao discurso empresarial de “desenvolvimento sustentável”:

A própria ideia básica de crescimento econômico compatível com a preservação da natureza é passível de ser exposta a severas críticas, dada a realidade da história econômica mundial. Mais ainda, desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social, já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental (RIBEIRO, 1992, p. 6).

A noção central do desenvolvimento sustentável promove a tentativa de ajustar interesses bastante divergentes, incorporando-os ao discurso empresarial. Nesse sentido, empresários discutem formas de articular, politicamente, a aplicação de medidas ‘socioambientais’ em meio aos objetivos empresariais específicos. Tais medidas, quando identificadas através de pesquisas, abrangem propostas que, por exemplo, visam à eficiência energética material na produção, o desenvolvimento de novas mercadorias

‘ecologicamente corretas’, o desenvolvimento de mecanismos de mercado (certificação ambiental, mercado de carbono) e melhoramentos das condições de trabalho, ou seja, ações voltadas para o ‘esverdeamento do empresariado’ (ZHOURI, 2010), administrando o poder do seu convencimento na adoção de planos de gestão de manejo ambiental, políticas sociais, sempre encaixadas numa racionalidade produtiva que objetiva a possibilidade de abertura de novos mercados, ou seja, maior lucratividade.

São práticas de ‘compensação e mitigação’ dos efeitos que estão presentes como componentes da responsabilidade social de organizações empresariais e se inserem no discurso empresarial para ‘atingir o desenvolvimento sustentável’ sob roupagem de diversas ações específicas, na tentativa de justificar novas apropriações de espaços biodiversos e grupos sociais específicos. Espaços biodiversos e grupos sociais específicos são os mais impactados pelos projetos de desenvolvimento e, na maioria das vezes, as medidas de compensação/mitigação respectivas não correspondem às necessidades locais ou se quer “compensam” algo. A retórica do desenvolvimento sustentável é composta por estratégias de intervenção sobre o território onde é inserida uma nova ordem racional e voltada para fins empresariais, com signos sociais distintos, homogêneos e homogeneizadores, planejados, cujo fluxo de capital amealhado acaba seguindo um caminho já cunhado no período colonial em direção às atuais metrópoles financeiras do capital global.

Instrumentos de planificação do território muitas vezes apresentam discordâncias entre o feito e o proposto. “[...] es decir, el discurso formal del desarrollo no logra encontrar un correlato con el discurso fáctico del desarrollo, que es el que se traduce en las prácticas espaciales” (ALISTE, 2012, p. 05) e a partir disso, consequências como deslocamentos forçados, incrementos migratórios, crescimento urbano desprovido de justiça social e em zonas de risco, perda da biodiversidade, como também reformas modernizadoras para remediar catástrofes ambientais, reformas que servem de instrumento de segregação urbana, contaminação industrial acarretam drásticas transformações espaciais de territórios e impõem graves prejuízos aos diferentes modos de vida já existentes nesses territórios. Estas consequências não são expressas através do discurso empresarial no momento em que se divulga a ideia de progresso e modernização local e nacional, atrelado à implantação e operação do empreendimento.

RIBEIRO (1991, p. 178) reitera essa questão:

[...] os projetos de desenvolvimento imobilizam imensos volumes de recursos ao concentrarem-nos num ponto no espaço; drenam os melhores recursos naturais e humanos numa área e levam-nos para outra região; finalmente, uma vez que concluída a obra, a massa de investimentos que fluía na área durante o período de construção estanca, aumentando assim a probabilidade de que uma atividade econômica excepcional seja seguida de uma depressão.

Aspectos referentes ao investimento em áreas onde vivem indígenas, quilombolas, pescadores e povos tradicionais se destacam, sobretudo, em relação às consequências negativas que grandes projetos desenvolvimentistas acarretam para realidades específicas e suas territorialidades. Daou (2010, p. 282), nesse sentido, traz um panorama sobre tais aspectos: “segmentos sociais associados ao que pode ser suprimido ou melhorado na sociedade do presente, como parte de projetos modernizadores e desenvolvimentistas que se delineiam como verdadeiros projetos de nação”. Tudo e todos os que se opõem ao empreendimento são considerados obsoletos, “atrasados” e “ignorantes”, além dos estereótipos a matemática perversa de que uma coletividade pode ser sacrificada em benefício da nação é outra nuance do jogo de retórica implementado pela lógica empresarial.

Um exemplo relevante nesse sentido está SIGAUD (1986) que, na década de 80, estudou práticas de deslocamento compulsório nos grandes projetos e estratégias administrativas em contextos brasileiros, trazendo consigo a oposição entre o moderno e o tradicional, em que pequenas propriedades foram desqualificadas, juntamente com as formas tradicionais de vida e de apropriação do território e recursos naturais, e acabaram por negar a essas populações sua própria qualidade de sujeitos sociais.

Outras situações, sob contextos distintos na América Latina, representam perfeitamente o explicitado. A primeira delas pode se resumir através dos processos decorrentes da instalação do empreendimento do Estaleiro Enseada Indústria Naval, na região do Recôncavo da Bahia, Brasil. O projeto do Estaleiro é composto por um consórcio de empresas de atuação transnacional, faz parte da iniciativa desenvolvimentista do Governo Federal brasileiro em revitalizar sua indústria naval e dar suporte à exploração do Pré-Sal² no país. O empreendimento tem por finalidade a

² “Pré-sal é o nome dado às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias que se localizam abaixo de camadas de sal. É o óleo (petróleo) descoberto em camadas de 5 a 7 mil metros de profundidade abaixo do nível do mar, uma camada de aproximadamente 800 quilômetros de extensão por 200 quilometro de largura, que vai do litoral do Estado de Santa Catarina ao litoral do Estado do Espírito Santo. A província pré-sal é composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor

construção de plataformas de exploração e produção de hidrocarbonetos, de embarcações de grande porte e a construção e integração de módulos e decks de produção para navios de petróleo e gás natural.

Vendendo uma imagem salvacionista³ do projeto, como capaz de trazer oportunidade e modernidade à região do sul do Recôncavo, tanto o consórcio envolvido como o Estado aceleraram procedimentos administrativos necessários para a instalação do projeto e, em quatro anos, este já possuía 80% das suas obras concluídas. O território em questão era fortemente caracterizado pela prática de atividades de natureza tradicional, realizadas por grupos remanescentes de comunidades quilombolas⁴, como por exemplo, pesca, extração de marisco e produção de farinha de mandioca, sendo este um dos grupos impactados logo de início com a transposição do perímetro da Unidade de Conservação à entrada massiva de mão-de-obra no local, incluindo estrangeira.

Recentemente o projeto tem sofrido transformações derivadas de problemas conjunturais no país, trazendo diversas consequências à localidade; parte delas originadas de investigações policiais iniciadas em 2014, numa operação chamada "Lava-Jato" desencadeando a descoberta de uma série de ilícitos que se estendem ao envolvimento de grandes empreiteiras no financiamento de partidos políticos, em campanhas eleitorais, em troca de facilitação, em parcerias contratuais com a Petrobrás; no caso no Estaleiro Naval em questão três das empresas são investigadas.

Tais fatos eclodiram uma crise generalizada em que toda uma rede de interesses e ações para executar o projeto de desenvolvimento resultou em consequências imensuráveis, atingindo vários aspectos da realidade, principalmente no contexto socioambiental e da economia regional. O processo ainda se configura, mas já são notórios alguns impactos na realidade local, a partir da paralisação total das obras e operação do Estaleiro: demissão em massa, deslocamento de pessoas à procura de

comercial, por conta dessa descoberta, o governo brasileiro atual intensificou por meio de instalações de novos empreendimentos através do programa de aceleração do crescimento 2- PAC 2", Os Programas de Aceleração do Crescimento (PACs 1 e 2) reúnem diversos projetos de desenvolvimento cuja finalidade é criar estratégias de planejamento, retomada de investimentos e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Foi criado em 2007, e desde 2011 segue na sua segunda fase estimulando o desenvolvimento brasileiro. Fonte: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>.

³ O Estado, empresários e a mídia imprimem o surgimento de propostas de caráter salvacionistas no intuito de oportunizar uma "[...] reestruturação produtiva e inseri-la nos circuitos produtivos capitalistas e mercados globais." (GERHARDT, LOPO, SANTOS, 2014, p. 345).

⁴ Artigo 2º, do Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, da República Federativa do Brasil. Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

trabalho para outras localidades, crise econômica na região, principalmente com relação à economia local, prejuízos para pessoas que investiram para se adequar às transformações trazidas pelo estaleiro, dentre outros.

Destacamos outra situação, a partir da análise que Carman (2011) realizou sobre formas de apropriação do natural funcionam como instrumento da segregação sócio urbana na cidade de Buenos Aires, Argentina. A autora aciona em sua análise aspectos conflitantes vividos pelas pessoas em Buenos Aires onde se intensificam ideias sobre valorização do turístico, do multicultural, do sustentável e, ao mesmo tempo onde medidas de inclusão social de setores desfavorecidos são ignoradas. O estudo trata-se de uma narrativa que buscou apresentar experiências coletivas a partir de relações conflitivas decorrentes de disputas por territórios distintos em espaços comuns, perpassando por aspectos sociais e ambientais da disputa, dentro de um contexto urbano.

A autora retrata duas situações sociais distintas, ocorridas em locais diferentes da capital argentina, com grupos sociais também distintos; uma ocupação coletiva, principalmente de imigrantes de países vizinhos que formaram um bairro, a Villa Rodrigo Bueno. Tal bairro se localiza numa zona limítrofe com uma Reserva Ecológica chamada Costanera Sur e também com um bairro luxuoso chamado Puerto Madero; outra ocupação, a Aldeia Gay, vizinha à Cidade Universitária e beirando o Rio da Prata, onde o Estado planejou a construção de um Parque da Memória e Reserva Natural. Nos dois casos, a autora apresenta os distintos discursos dos atores participantes, seja a comunidade, o Estado, os empreendedores, os movimentos sociais, movimentos ecológicos. Em todos há a presença da dicotomia natureza e cultura e formas de apropriação humana do espaço, o que leva a uma ampla discussão e argumentos distintos de defesa do que seja natural, construído, danoso ou medidas de proteção da natureza, o que muitas vezes compete com a própria forma de ocupação social do espaço e, sobretudo de formas de vida, pertencimento, e violação de direitos mínimos de sobrevivência.

Com relação ao Chile, destaco o caso da área metropolitana de Concepción, entendida por Aliste (2012) como cidade ícone do discurso desenvolvimentista de meados do século XX e um importante exemplo para demonstrar a participação de discursos de desenvolvimento na transformação ambiental e territorial nas cidades da América Latina.

O desenvolvimento do processo de industrialização no Chile contribuiu para a região ser considerada como polo de crescimento nesta zona, onde foram instalados grande projetos para a economia nacional e regional, nos campos da eletricidade, petróleo, a indústria do aço, atividade portuária, dentre outros. A instalação de tais projetos afetaram sobremaneira o meio ambiente, a qualidade do ar, na cor e qualidade da água e nos dejetos sólidos que começam a acumular sistematicamente em determinados setores da região.

Além disso, incrementos migratórios provocaram um rápido aumento espacial urbano e áreas naturalmente formadas por planícies e terraços fluviais situados na margem interna de um poço de origem tectônica, ou seja, um lugar onde suas condições de fragilidade para desenvolvimento urbano as qualificam como zonas vulneráveis ante riscos de origem natural, promovem episódios de inundações severas por conta de eventos naturais como terremotos e maremotos. O autor cita recentes casos de processos de ocupação e intervenção nas áreas húmidas da grande Concepción, por conta de especulações imobiliárias apesar das declarações e indicadores de proteção e valorização ambiental.

Aliste evidencia também a mudança dos discursos sobre o “progresso” na região, ações voltadas a apropriação da natureza com base no desenvolvimento sustentável, planos governamentais de valorização do meio ambiente e investimentos em turismo, como também a ideia de valorização social e econômica das zonas de áreas húmidas, tornaram a região valorizada no mercado imobiliário. Estas situações evidenciam a apropriação de diferentes discursos nas situações que envolvem projetos de desenvolvimento.

Tomando por base tais contextos acirrados de conflitos socioambientais em que prevalece a assimetria de poder entre os sujeitos envolvidos e determinados tipos de interesses, nota-se um crescimento de certa vigilância sobre discursos e práticas que envolvam o meio ambiente e a sociedade. Esta vigilância está sendo empreendida por atores imersos em contextos empresariais e de governos, aumentando, também, o envolvimento crítico de grupos organizados e ativistas nos debates sobre projetos de desenvolvimento.

Os grupos empresariais, contudo, acabam por plasmar grande parte das críticas recebidas aos seus modos de utilizar o meio ambiente e usam-nas a seu favor. Ao polarizar e se apropriar de ideias distintas aos discursos e práticas, seja na manutenção da acumulação primitiva ambiental, ou como vimos anteriormente, nos discursos e

práticas relacionadas à responsabilidade ambiental, produção limpa e ambientalmente correta, e nos programas de compensação e mitigação dos efeitos (LEITE LOPES, 2006), a lógica empresarial busca camuflar sua atuação sob o manto do “esverdeamento” de suas práticas. É neste contexto que se revela o duplo papel que o Estado assume frente a estas questões, com sua participação na definição de ações que deveriam ser cumpridas como etapa fundamental para a implantação do empreendimento ou se ações estão sendo apreendidas efetivamente em defesa da população.

Muito das ações realizadas pelas empresas é derivado de procedimentos administrativos que os fiscalizam. Tais ações são consideradas, por parte das empresas, como de responsabilidade social e ambiental e uma forma de contrapartida com relação aos prejuízos trazidos ao local onde está sendo instalado o projeto, o que compõe parte de um discurso que defende a sustentabilidade por parte das empresas. Segundo CARMAN (2011, p.22), “cada discurso plantea una trampa cuando es unilateral”, ou seja, os níveis de articulação são distintos e acabam se distanciando, prevalecendo aquele que tem mais poder. Encontramos tais contradições principalmente no discurso estatal, este que, contraditoriamente, se perfaz no sentido de proteger, mas também de desenvolver e progredir, e cujas demandas se fragmentam num mesmo espaço.

O discurso significa, justamente, o duplo papel que ocupa o Estado nessas questões socioambientais envolvendo a instalação de empreendimentos; o de *fiscalizador*, pois detém o dever legal de mediar tais conflitos e proteger o ambiente envolvido e, simultaneamente, o de *viabilizador* do desenvolvimento, com relação ao convencimento da população e aos procedimentos necessários para que o empreendimento logre êxito.

Las instituciones públicas están hechas de aquellas _ y otras _ contradicciones [...]. Estas hacen imposible reducir los discursos en el Estado a un único discurso Estatal. En el Estado no hablamos otros discursos que aquellos que circulan publicamente, que producimos los técnicos y los académicos, que levantan los militantes, que amplifican o silencian los medios de comunicación, que reproducen o reinterpretan los grupos y infinitas agencias. En la disputa, que siempre es política, algunos pueden hacerse voz oficial y política pública, sancionar sus postulados por el poder del Estado. (CARMAN, 2011, p. 25).

O Estado, ao intervir nos casos de instalação de grandes empreendimentos em determinados espaços, acaba também por tutelar e, porque não dizer, ao mesmo tempo chancelar administrativamente relações hierarquizadas e definidas por centros de poder,

que se sobrepõem na interação das partes envolvidas e que, muitas vezes, proporcionam o favorecimento de algumas partes, em detrimento de outras, perpassando assim por:

[...] por interesses pessoais e redes de clientelas⁵, onde grupos são muitos mais fortes que chamados corporativos, por vezes também mais figuração do que prática efetiva, e ainda assim representa este ‘tutor’ de coletivos, controladores de espaços, mantenedor dos desiguais em seus nichos. (LIMA, 2002, p. 17).

É, portanto, necessário que as análises críticas elaboradas em torno dos conflitos socioambientais levem em conta o contexto macrossocial de uma “crise”, esta que é negada pela cúpula de alguns dos poderes institucionalmente constituídos, mas que é, a cada dia que passa, de difícil acobertamento. No cerne desta “crise” há o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, cujo espírito é profundamente desumanizador (VALENCIO; ZHOURI, 2014, p. 11), sendo que este esgotamento se reflete em diferentes locais do mundo, sobretudo na América Latina.

Como poderes institucionalmente constituídos, VALENCIO, ZHOURI (2014, p. 12) tratam justamente da figura modernizante do Estado que insiste no modelo desenvolvimentista, seja na formulação ou na omissão de políticas públicas fundamentais, não passando de “[...] uma ilusão de eficácia da manobra política de negação da existência da referida crise”. Esta crise se aplica a vários aspectos, ou seja, suplanta a questão socioambiental e acessa outros problemas em contextos macrossociais, como segurança, saúde, saneamento básico, questões fundiárias, dentre outros. Porque na verdade o interesse maior deste modelo é manter a aliança do Estado, justamente, com grupos empresariais dominantes e outros grupos restritos relacionados as elites hegemônicas locais e nacionais.

Ao mesmo tempo que a estruturação dos argumentos apresentados pode legitimar o discurso desenvolvimentista como referência de dominação e interesse no acúmulo de capital, também podem proporcionar o fortalecimento de movimentos contrários; a partir daí situações de divergência podem emergir. Assim, outros sujeitos em ampla desvantagem envolvidos nesta relação, indignam-se diante do estado real das coisas. É daí que as críticas em decorrência da crise se tornam tão necessárias, na tentativa de entender como se processa, quais suas consequências, principalmente para as pessoas e para o meio ambiente direta e indiretamente envolvidos. Ao longo do processo de instalação, operação e crise do empreendimento, tais relações podem

ganhar novos sentidos, ao abranger os grupos que passaram a se mobilizar politicamente e, de certo modo, passam a interferir no curso dos processos.

É a partir de situações conflitantes emergidas das relações assimétricas de poder e dominação que extravasam através da interação entre os mais diferentes grupos, surge a mobilização social, caracterizada por processos de retomada e ao mesmo tempo de reconstrução das formas tradicionais de vida. Tais conflitos possuem uma mola propulsora baseada justamente na crítica ao modelo desenvolvimentista que, ao longo do tempo, vem fomentando injustiças sociais e intolerâncias. O reconhecimento desses movimentos se fortalece no próprio cenário em que estão envolvidos, acabam por incluir a “natureza” como parte do discurso e dos atos dos seus integrantes, abarcando práticas de conservação ambiental e de valorização das próprias identidades no enfrentamento contra formas de representação frutos do desenvolvimentismo predatório.

Os sentidos políticos de valorização da diversidade cultural, visões de mundo, práticas socioculturais e ambientais relacionadas a coletividades tem cada vez mais demandado uma visão mais sofisticada sobre como conseguem se organizar diante da influência das relações de poder às quais estão submetidos. Como também análises críticas a respeito de uma roupagem tecnicista empregada em torno das diferentes ações relacionadas aos empreendimentos e programas desenvolvimentistas, têm o potencial de ampliar o conhecimento sobre o *modus operandi* articulado por gestores, instituições e organizações no processo político de planejar e de intervir nas estruturas de poder e em realidades localizadas. Um entendimento maior da configuração dessas dinâmicas por parte dos próprios grupos de resistência, também pode proporcionar formas e alternativas para tentar minorar os prejuízos e estimular uma maior organização nos movimentos engajados na preservação tanto dos modos de vida.

Referências Bibliográficas

ALISTE, Enrique (2012).. El discurso del desarrollo y sus efectos ambientales em Chile: prácticas espaciales y transformaciones territoriales em el área metropololitana de Concepción, 1950-2010. XII Coloquio Internacional de Geocrítica: las independências y Construcción de estados nacionales; poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, Bogotá, www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-40.htm.

ALISTE, E. & NÚÑEZ, A. (2015). Las fronteras del discurso geográfico: el tiempo y el espacio en la investigación social. *Chungara Rev. De Antr. Chilena* 47(2).

BRONZ, Deborah (2013). Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ. Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima. RJ.

CARMAN, María (2007). Las trampas de la naturaleza : medio ambiente y segregación en Buenos Aires . - 1a ed. - Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2011.

DAOU, Ana Maria Lima (1988). Políticas de Estado e organização social: a barragem de Sobradinho. Rio de Janeiro: UFRJ.

FOUCAULT, Michel (2007). Microfísica do poder. Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

HAESBART, R.(2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, D. 1992. A Condição Pós-Moderna. São Paulo

LEFF, Enrique (2001). Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder/ Enrique Leff; tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth-Petrópolis, RJ: Vozes.

LOPES, José Sérgio Leite (2006). Sobre Processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun.

SIGAUD, Lygia (1986). Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação nº 9. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Museu Nacional: Rio de Janeiro.

VALENCIO, Norma; ZHOURI, Andréa (2014). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociadas de conflitos ambientais. / Andréa Zhouri, Norma Valencio, organizadoras. – Belo Horizonte: Editora UFMG. 395 p. :il. (Humanitas).